

Bernardo de Sá Nogueira

**TABELIONADO  
E INSTRUMENTO PÚBLICO  
EM PORTUGAL**

**GÉNESE E IMPLANTAÇÃO (1212-1279)**

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA

LISBOA

2008

## NOTA PRÉVIA

O texto de *Tabelionato e Instrumento Público em Portugal: Génese e Implantação (1212-1279)* foi originalmente uma dissertação de doutoramento em Letras (Paleografia e Diplomática), apresentada em 1997 a provas públicas na Universidade de Lisboa, tendo sido nomeado um júri presidido pelo vice-reitor Carlos Alberto Medeiros e constituído por Maria Helena da Cruz Coelho (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), Armando Luís de Carvalho Homem (Faculdade de Letras da Universidade do Porto), Eduardo Borges Nunes, António Borges Coelho, Manuela Mendonça e Pedro Gomes Barbosa, todos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. A tese fora orientada por Eduardo Borges Nunes (1990-1995) e por Maria Helena da Cruz Coelho (1995-1996).

Edita-se agora na forma e substância em que foi apresentada, com excepção do apêndice documental e das notas de pé de página que remetiam para os documentos nele integrados<sup>1</sup>. Entre Outubro de 1996, data da conclusão da tese, e o momento actual, surgiram naturalmente numerosos trabalhos com informação que actualiza e aprofunda o presente texto. Serve esta nota prévia para dar conta ao leitor daqueles que se articulam com o texto ora publicado,

---

<sup>1</sup> Cf. descrição do trabalho em «Resumos das teses de doutoramento em Letras (História) apresentadas à Universidade de Lisboa em 1997-1998», in *Clio*, nova série, 3 (1998), pp. 141-143.

quer mais geralmente quanto ao tema e cronologia, quer mais especificamente por tratarem de questões históricas e diplomáticas do notariado.

Aprofundando matérias relativas aos tabeliães aqui tratadas e alargando os estudos do notariado a outras cronologias, pelo que nos toca entre 1998 e 2007 interessámo-nos pela implantação do tabelionato nos centros urbanos de jurisdição das ordens militares<sup>2</sup>, a chancelaria da Ordem de Avis e o notariado público<sup>3</sup>, um tipo diplomático específico escriturado por tabeliães lisboetas<sup>4</sup>, a articulação entre notariado e elites urbanas<sup>5</sup> e a questão do exercício do ofício tabeliônico por membros do clero<sup>6</sup>, mantendo estes dois últimos trabalhos diálogo científico com Saul António Gomes, a propósito do texto agora dado à estampa<sup>7</sup>. Publicámos além disso o que esperamos venha a ser o primeiro volume de uma edição sistemática da documentação notarial portu-

---

<sup>2</sup> «Primeiros tabeliães nas vilas do reino de Portugal sob jurisdição das Ordens Militares (1212-1279)», in *Guerra, Religião, Poder e Cultura. III Encontro sobre Ordens Militares. Actas*, vol. 2, Palmela, 1998, pp. 175-185.

<sup>3</sup> «A chancelaria da Ordem de Avis nos séculos XIII e XIV. Notas de Diplomática e Sigilografia», in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental. Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*, Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 2005, pp. 169-180.

<sup>4</sup> «Intervenção da corte régia no enquadramento do comércio lisboeta (1276-1279), documentada por instrumentos notariais de composição», in *II Colóquio Nova Lisboa Medieval: Os Rostos da Cidade (9-11 de Dezembro de 2004). Actas*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007.

<sup>5</sup> «Tabelionato e elites urbanas no Portugal ducentista (1212-1279)», in *Elites e Redes Clientelares na Idade Média: Problemas Metodológicos*, Évora, 2000, pp. 211-220.

<sup>6</sup> «Exercício do ofício tabeliônico por clérigos no Portugal ducentista — problemas de acumulação e incompatibilidade», in *Lusitania Sacra*, nova série, t. 13-14 (2001-2002), pp. 467-476.

<sup>7</sup> Saul Gomes, «O notariado medieval português. Algumas notas de investigação», in *Humanitas*, LII (2000), pp. 241-86; *idem*, «Percepções em torno da história do tabelionato medieval português», in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 5 (2005), pp. 81-100.

guesa medieval, nele integrando a totalidade dos instrumentos públicos elaborados por tabeliães portugueses entre 1214 e 1234, incluindo alguns dos documentos do apêndice documental deste texto <sup>8</sup>.

Para horizontes cronológicos mais tardios, reflectimos sobre o *numerus clausus* notarial e outras questões a propósito da recensão a um livro de Maria Luísa Pardo <sup>9</sup> e orientámos a dissertação de mestrado em Paleografia e Diplomática de João Fresco, centrada em Afonso Guterres, tabelião lisboeta de Quatrocentos <sup>10</sup>. O tema do notariado nos séculos XIV e XV foi tema de estudos de Maria Cristina de Almeida Cunha sobre tabeliães de Bragança <sup>11</sup>, Anísio Saraiva sobre tabeliães e notários lamecenses <sup>12</sup>, Luís António Mata sobre profissionais da escrita em Santarém, Luís Rêpas sobre as escrivaninhas de Arouca e o documento escrito e de Ana Luísa Balmori-Padesca <sup>13</sup> sobre o notariado nas *Ordenações Afonsinas*, ainda que o último pouco traga de novo

---

<sup>8</sup> *Portugaliae Tabellionum Instrumenta. I — 1214-1234*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2005.

<sup>9</sup> «Escrituração notarial e administração pública», notas de leitura a propósito do livro de Maria Luisa Pardo Rodríguez, *Señores y escribanos. El notariado andaluz entre los siglos XIV e XVI*, Sevilla, Universidad de Sevilla, 2002, in *Clio*, nova série, n.º 8 (2003), pp. 197-208.

<sup>10</sup> *O Tabelião Lisboaeta Afonso Guterres: Reconstituição e Análise Diplomática da Sua Actividade de Escrituração*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2006.

<sup>11</sup> «Tabeliães de Bragança no século XIV: da legislação à praxis», in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. 3, Porto, FLUP, 2006, pp. 313-314.

<sup>12</sup> «Tabeliães e notários de Lamego na primeira metade do século XIV», in *Humanitas*, L (1998), pp. 587-624. Também a sua tese de mestrado, entretanto editada, é de interesse para o tema — *A Sé de Lamego na Primeira Metade do Século XIV (1296-1349)*, Lisboa, Magno Editora, 2003.

<sup>13</sup> «O notariado nas Ordenações Afonsinas. Contributo para o seu estudo», publicado na página da internet da Ordem dos Notários — <http://www.notarios.pt/OrdemNotarios/PT/OrdemNotarios/Historial> (consulta feita em Fevereiro de 2008).

## ÍNDICE

NOTA PRÉVIA . . . . .	7
Abreviaturas mais utilizadas . . . . .	13
1. GÊNESE DO <i>PUBLICUS NOTARIUS</i> E DO <i>INSTRUMENTUM PUBLICUM</i> (ENQUADRAMENTO CRONOLÓGICO E GEOGRÁFICO) . . . . .	15
1.1. Doutrina do <i>instrumentum publicum</i> (século XII) . . . . .	17
1.1.1. Glosadores . . . . .	17
1.1.2. Canonistas . . . . .	18
1.1.3. Difusão da doutrina . . . . .	19
1.2. Conformação do <i>officium tabellionatus</i> (século XIII). Legislação e ensino . . . . .	20
1.2.1. Legislação sobre o <i>instrumentum publicum</i> e o notariado (eclesiástica, régia e urbana) . . . . .	20
1.2.1.1. Legislação da Igreja . . . . .	20
1.2.1.2. Legislação imperial e régia . . . . .	23
1.2.1.2.1. Base do poder legislativo: Dieta de Roncaglia (1158) . . . . .	23
1.2.1.2.2. Legislação imperial/régia (século XIII). . . . .	24
1.2.1.3. Legislação urbana ( <i>statuta comunais</i> ) . . . . .	26
1.2.1.4. Conclusões . . . . .	28
1.2.2. Gênese do Direito Notarial — <i>Ars Notariae</i> . . . . .	29
1.2.2.1. Antecedentes: <i>Ars Dictandi</i> e formulários judiciais (séculos XI a XIII). . . . .	30
1.2.2.1.1. <i>Ars Dictandi</i> . . . . .	30
1.2.2.1.2. A jurisdição da Igreja: tratados de <i>ordine iudiciorum</i> e formulários . . . . .	31

1.2.2.2.	A nova ciência notarial — <i>Ars Notariae</i> (século XIII) . . . . .	32
1.2.2.2.1.	Primeiros tempos (1205-1224) . . . . .	33
1.2.2.2.2.	Época áurea (1224-1275) . . . . .	33
1.2.2.2.2.1.	Raniero di Perugia . . . . .	33
1.2.2.2.2.2.	Salatiel . . . . .	35
1.2.2.2.2.3.	Rolandino Passegerii . . . . .	38
1.2.2.2.3.	Época final (1275-1312) . . . . .	39
1.3.	Implantação do notariado nas várias regiões da Cristandade Latina do Ocidente (séculos XII e XIII) . . . . .	40
1.4.	Legislação régia e implantação do notariado em Portugal (século XIII) . . . . .	43
1.4.1.	Legislação régia . . . . .	44
1.4.2.	Implantação do tabelionato . . . . .	49
1.5.	Conclusões . . . . .	51
2.	PRIMEIRO TABELIONADO PORTUGUÊS (1212-1223) . . . . .	55
2.1.	Introdução . . . . .	55
2.2.	Os tabeliães . . . . .	59
2.2.1.	Primeiro Tabelionato: os indivíduos . . . . .	62
2.2.1.1.	Identificação dos tabeliães e escrivães: listas . . . . .	62
2.2.1.2.	Inclusão nas listas: dúvidas . . . . .	64
2.2.1.3.	Ausência das listas: possíveis tabeliães não incluídos . . . . .	69
2.2.1.4.	Identificação: dados suplementares . . . . .	72
2.2.2.	Primeiro Tabelionato: a instituição . . . . .	78
2.2.2.1.	Génese da instituição: criação e provimento dos tabeliães . . . . .	80
2.2.2.1.1.	Criação do ofício . . . . .	80
2.2.2.1.2.	Investidura/provimento . . . . .	82
2.2.2.1.3.	Denominação do ofício . . . . .	85
2.2.2.2.	Natureza da função notarial: <i>publica persona</i> . . . . .	87
2.2.2.3.	Vinculação jurisdicional dos notários: tabelião de... . . . .	90
2.2.3.	Primeiro Tabelionato: evolução . . . . .	93
2.2.3.1.	Raízes do Primeiro Tabelionato na época anterior . . . . .	94
2.2.3.2.	Evolução da instituição entre 1214 e 1223 . . . . .	98
2.2.3.3.	Prolongamentos da instituição para além de 1223 . . . . .	103
2.2.4.	Conclusões . . . . .	107
2.3.	Fases textuais . . . . .	108

2.3.1.	Nota . . . . .	110
2.3.2.	Instrumento/carta/escritura . . . . .	112
2.3.3.	Registo . . . . .	115
2.3.4.	Conclusões . . . . .	119
2.4.	O instrumento público . . . . .	123
2.4.1.	As fontes: distribuição geográfica e cronológica	123
2.4.2.	As fontes: tipologia diplomática . . . . .	127
2.4.2.1.	Contratos de transferência de domínio . . . . .	130
2.4.2.1.1.	Protocolo e texto do teor diplomático . . . . .	136
2.4.2.1.1.1.	Invocação . . . . .	137
2.4.2.1.1.1.1.	Grupo «conservador» . . . . .	137
2.4.2.1.1.1.2.	Grupo «inovador» . . . . .	139
2.4.2.1.1.2.	Notificação/intitulação/endereço/dispositivo . . . . .	140
2.4.2.1.1.2.1.	Grupo «conservador» (notificação/intitulação/ende- reço/primeiro momento dispositivo) . . . . .	141
2.4.2.1.1.2.2.	Grupo «inovador» (notificação/intitulação/ende- reço/primeiro momento dispositivo) . . . . .	145
2.4.2.1.1.2.3.	Grupo «conservador» (segundo momento dispo- sitivo) . . . . .	148
2.4.2.1.1.2.4.	Grupo «inovador» (segundo momento dispo- sitivo) . . . . .	153
2.4.2.1.1.3.	Sanção . . . . .	155
2.4.2.1.1.3.1.	Grupo «conservador» . . . . .	156
2.4.2.1.1.3.2.	Grupo «inovador» . . . . .	164
2.4.2.1.2.	Escatocolo do teor diplomático . . . . .	168
2.4.2.1.2.1.	Datação . . . . .	169
2.4.2.1.2.1.1.	Grupo «conservador» . . . . .	169
2.4.2.1.2.1.2.	Grupo «inovador» . . . . .	173
2.4.2.1.2.2.	Subscrições . . . . .	174
2.4.2.1.2.2.1.	Grupo «conservador» . . . . .	175
2.4.2.1.2.2.2.	Grupo «inovador» . . . . .	182
2.4.2.1.2.3.	Testemunhas . . . . .	185
2.4.2.1.2.3.1.	Grupo «conservador» . . . . .	185
2.4.2.1.2.3.2.	Grupo «inovador» . . . . .	189
2.4.2.2.	Contratos de locação . . . . .	190
2.4.2.3.	Contratos reais . . . . .	193
2.4.2.3.1.	Comodato . . . . .	193
2.4.2.3.1.1.	<i>Conscriptio negotii</i> . . . . .	193
2.4.2.3.1.2.	<i>Negotium conscriptum</i> . . . . .	195
2.4.2.3.2.	Empréstimo . . . . .	196
2.4.2.3.2.1.	<i>Conscriptio negotii</i> . . . . .	196
2.4.2.3.2.2.	<i>Negotium conscriptum</i> . . . . .	197

2.4.2.4.	Disposição de últimas vontades .....	199
2.4.2.4.1.	Doação <i>mortis causa</i> .....	200
2.4.2.4.2.	Testamento .....	201
2.4.2.5.	Negócios de remissão .....	204
2.4.2.5.1.	Compromisso .....	205
2.4.2.5.1.1.	<i>Negotium conscriptum</i> .....	205
2.4.2.5.1.2.	<i>Conscriptio negotii</i> .....	207
2.4.2.5.2.	Sentença arbitral .....	209
2.4.2.5.2.1.	<i>Negotium conscriptum</i> .....	210
2.4.2.5.2.2.	<i>Conscriptio negotii</i> .....	210
2.4.2.5.3.	Quitação/renúncia .....	211
2.4.2.5.3.1.	Quitação/renúncia, com referência a litígio prévio .....	211
2.4.2.5.3.2.	Quitação/renúncia, sem referência a litígio prévio .....	214
2.4.2.6.	Fórmulas judiciais .....	216
2.4.3.	Conclusões .....	218
2.5.	Primeiro Tabelionato: comentário final .....	222
3.	ECLIPSE (1224-1247) .....	231
3.1.	Introdução .....	231
3.2.	O notariado em Braga (1224-1247).....	235
3.2.1.	Os <i>tabelliones Bracarensis civitatis</i> , a sua documentação e os seus clientes.....	236
3.2.1.1.	Os tabeliães .....	236
3.2.1.1.1.	Paio Pais (1224-1231) e Paio Mendes (1231-1232)	236
3.2.1.1.2.	João Lopes (1232-1234) .....	239
3.2.1.1.3.	Estêvão Peres, <i>magister tabulariorum</i> (1234-1247) .....	240
3.2.1.1.3.1.	Estêvão Peres, <i>tabellio</i> (1234-1241) .....	241
3.2.1.1.3.2.	Mendo Domingues, <i>subtabellio</i> (Fevereiro de 1242-Setembro de 1244).....	242
3.2.1.1.3.3.	Estêvão Martins, <i>subtabellio</i> (Dezembro de 1244-Maio de 1247) .....	243
3.2.1.2.	A documentação .....	245
3.2.1.3.	Os clientes .....	254
3.2.2.	Notários eclesiásticos e outros .....	255
3.2.3.	Conclusões .....	263
3.3.	Notários episcopais em Coimbra e Viseu (1230-1247) .....	268
3.3.1.	Martim Miguéis, notário do bispo de Viseu (1230-1231).....	269



3.3.2.	Martim Gonçalves, público notário da Sé de Coimbra (1239-1248) . . . . .	270
3.4.	Os «ditos-tabeliães» (1224-1247) . . . . .	277
3.4.1.	Coimbra: Soeiro Pires, <i>scriba Colimbrie</i> . . . . .	278
3.4.2.	Torres Vedras . . . . .	287
3.4.3.	Trancoso e Santarém . . . . .	295
3.4.3.1.	João Miguéis, tabelião de Trancoso em 1238? . . . . .	295
3.4.3.2.	Mendo Pais, ainda tabelião de Santarém em 1243? . . . . .	298
3.4.4.	Os «ditos-tabeliães»: comentário final . . . . .	299
3.5.	Escrivães ligados ao Primeiro Tabelionato . . . . .	299
3.5.1.	Guimarães . . . . .	300
3.5.2.	Lamego . . . . .	303
3.5.3.	Viseu . . . . .	304
3.6.	Eclipse do tabelionato em Portugal (1224-1247): conclusões . . . . .	305
4.	IMPLANTAÇÃO DEFINITIVA E CONSOLIDAÇÃO (1248-1279) . . . . .	311
4.1.	Introdução . . . . .	311
4.2.	Distribuição administrativa, geográfica e cronológica da documentação recolhida (1248-1279) . . . . .	314
4.2.1.	Distribuição administrativa . . . . .	317
4.2.2.	Distribuição geográfica . . . . .	321
4.2.2.1.	Entre Cávado e Minho . . . . .	321
4.2.2.2.	Trás-os-Montes . . . . .	322
4.2.2.3.	Entre Cávado e Douro . . . . .	323
4.2.2.3.1.	Cávado/Ave . . . . .	324
4.2.2.3.2.	Douro . . . . .	325
4.2.2.4.	Vouga/Mondego/Lis . . . . .	328
4.2.2.5.	Interior duriense e beirão . . . . .	329
4.2.2.6.	Estremadura Central-Meridional/Vale do Tejo . . . . .	330
4.2.2.7.	Alentejo . . . . .	331
4.2.2.8.	Algarve . . . . .	333
4.2.2.9.	Distribuição geográfica do <i>Corpus</i> : conclusões . . . . .	333
4.2.3.	Distribuição cronológica . . . . .	335
4.2.3.1.	Critérios de periodização e quantificação . . . . .	335
4.2.3.2.	Ritmos da evolução cronológica . . . . .	339
4.2.3.2.1.	Período de 1244-1253 . . . . .	340
4.2.3.2.2.	Período de 1254-1263 . . . . .	346
4.2.3.2.3.	Período de 1264-1273 . . . . .	352
4.2.3.2.4.	Período de 1274-1279 . . . . .	358

4.2.4.	Distribuição administrativa, geográfica e cronológica da documentação recolhida (1274-1279): conclusões . . . . .	360
4.3.	O tabelionato em Portugal (1248-1279): caracterização . . . . .	366
4.3.1.	Estudo quantitativo . . . . .	367
4.3.1.1.	Número de tabeliães por circunscrição e número de documentos por tabelião . . . . .	368
4.3.1.1.1.	Circunscrições mais representativas (número de tabeliães por circunscrição) . . . . .	368
4.3.1.1.2.	Tabeliães mais representativos (número de documentos por tabelião) . . . . .	370
4.3.1.1.3.	Circunscrições mais representativas <i>versus</i> tabeliães mais representativos . . . . .	373
4.3.1.2.	Unicidade no exercício do ofício notarial . . . . .	375
4.3.1.2.1.	Exercício consecutivo do ofício tabeliônico . . . . .	375
4.3.1.2.2.	Exercício simultâneo do ofício tabeliônico . . . . .	376
4.3.1.3.	Vice-tabeliães, subtabeliães e escrivães: distribuição . . . . .	384
4.3.1.3.1.	Escrivães . . . . .	384
4.3.1.3.2.	Vice-tabeliães e subtabeliães . . . . .	388
4.3.1.3.2.1.	Vice-tabelião . . . . .	389
4.3.1.3.2.2.	Subtabelião . . . . .	390
4.3.1.4.	Análise quantitativa do tabelionato em Portugal (1248-1279): conclusões . . . . .	392
4.3.2.	As diversas actividades dos tabeliães . . . . .	396
4.3.2.1.	Actividade administrativa . . . . .	397
4.3.2.1.1.	Tabeliães e almoxarifes . . . . .	397
4.3.2.1.1.1.	Tabelião e escrivão junto do almoxarife em Coimbra . . . . .	398
4.3.2.1.1.2.	Tabelião e escrivão junto do almoxarife em Santarém . . . . .	404
4.3.2.1.1.3.	Tabelião e almoxarife em Vila da Feira . . . . .	405
4.3.2.1.1.4.	Parentesco entre tabelião de Braga e almoxarife de Guimarães? . . . . .	409
4.3.2.1.2.	Tabeliães e clérigos . . . . .	410
4.3.2.1.3.	Registo de documentação régia nos livros dos tabeliães . . . . .	417
4.3.2.1.4.	Actividade administrativa: comentário . . . . .	423
4.3.2.2.	Ligação dos tabeliães à corte . . . . .	425
4.3.2.2.1.	Escrituração de cartas régias . . . . .	426
4.3.2.2.2.	Ligações à corte e a poderosos . . . . .	431

4.3.2.2.2.1.	João Peres Fortes, tabelião de Braga (1261-1279)	432
4.3.2.2.2.2.	Miguel Fernandes, tabelião de Santarém (1259-1271)	434
4.3.2.2.2.3.	Nicolau Domingues, tabelião de Lisboa (1276-1279)	437
4.3.2.2.2.4.	Domingos Peres Casével, tabelião de Lisboa (1265-1278)	443
4.3.2.2.2.5.	Lourenço Domingues [da Cunha], tabelião de Santarém (1269-1275)	446
4.3.2.2.3.	Ligações à corte: comentário	452
4.3.2.3.	As diversas actividades dos tabeliães: conclusões	454
4.3.3.	O tabelionado (1248-1279): comentário final	455
4.4.	O instrumento público em Portugal (1248-1279): caracterização	459
4.4.1.	Notas prévias	459
4.4.2.	Tipologia diplomática	460
4.4.2.1.	Tipologia diplomática: análise global	462
4.4.2.2.	Evolução tipológica: comparação com o Primeiro Tabelionado e o Eclipse	462
4.4.2.3.	Particularidades geográficas da tipologia	466
4.4.2.3.1.	Contratos de transferência de domínio	467
4.4.2.3.1.1.	Doação <i>inter vivos</i>	467
4.4.2.3.1.2.	Enfiteuse	469
4.4.2.3.1.3.	Venda	470
4.4.2.3.2.	Contratos de locação	472
4.4.2.3.3.	Contratos reais	474
4.4.2.3.4.	Negócios de remissão e fórmulas judiciais	476
4.4.2.3.5.	Procuração	478
4.4.2.3.6.	Tomada de posse	480
4.4.2.3.7.	Testemunho	481
4.4.2.3.8.	Últimas vontades (testamento)	481
4.4.2.3.9.	Conclusão	482
4.4.3.	Carta de venda: entre a tradição e a modernidade	485
4.4.3.1.	Protocolo tradicional	486
4.4.3.1.1.	Invocação	487
4.4.3.1.1.1.	<i>In nomine Domini</i>	487
4.4.3.1.1.2.	<i>In Christi Domini</i>	488
4.4.3.1.1.3.	<i>In Christi nomine et eius gratia</i>	490
4.4.3.1.1.4.	Invocação trinitária	490
4.4.3.1.1.5.	<i>In Dei nomine</i>	491

4.4.3.1.1.6.	Sem invocação . . . . .	491
4.4.3.1.2.	Intitulação — Endereço — Primeiro momento dispositivo . . . . .	491
4.4.3.1.2.1.	Fórmula subjectiva . . . . .	492
4.4.3.1.2.2.	Fórmula semi-objectiva . . . . .	494
4.4.3.2.	Protocolo moderno . . . . .	494
4.4.3.2.1.	Invocação + fórmula de notificação + intitula- ção do primeiro outorgante (redacção objec- tiva) . . . . .	494
4.4.3.2.2.	Invocação + fórmula de notificação + intitula- ção do notário (redacção objectiva) . . . . .	497
4.4.3.3.	Discurso diplomático das cartas de venda: con- clusão . . . . .	501
4.4.5.	O instrumento público: comentário final . . . . .	502
4.5.	Implantação Definitiva e Consolidação (1248- -1279): conclusões . . . . .	507
5.	CONCLUSÃO . . . . .	513

### Apêndices

I — Distribuição geográfica e cronológica do <i>Corpus</i> (instru- mentos públicos tabeliônicos: originais, inserções, tras- lados, cópias) . . . . .	523
II — Listas de nomes dos tabeliães em Portugal (1212-1279):	526
Lista 1 — Nomes por ordem alfabética . . . . .	526
Lista 2 — Nomes por ordem cronológica . . . . .	532
Lista 3 — Nomes por região tabeliônica . . . . .	538
III — Tabeliães portugueses (1212-1279) — Fichas indivi- duais . . . . .	546



FONTES E BIBLIOGRAFIA . . . . .	693
---------------------------------	-----